

1. Justificação

O antiparlamentarismo não é um fenómeno exclusivamente nacional. Mas, não são muitos os países em que o antiparlamentarismo se apresenta com expressão cultural popular de forma constante ao longo de mais de um século, atravessando regimes políticos de sinal contrário, da monarquia à república, da ditadura à democracia, em períodos de estabilidade ou de instabilidade, com governos de maioria ou de minoria.

A Assembleia da República é de entre os órgãos de soberania o que mantém ao longo de toda a sua vida a imagem mais baixa. Para uma larga maioria de portugueses, os Deputados não trabalham, ganham salários excessivos, não respondem aos problemas das populações. Entre as várias profissões, os políticos são os mais mal cotados, nas sondagens que apreciam a imagem respectiva. Mas, a expressão "políticos" não abrange, na concepção dos inquiridos, figuras de políticos como o Presidente da República, os membros do Governo e os membros dos órgãos das autarquias locais. A expressão os "políticos", e a baixa imagem que tem, é aplicada essencialmente aos membros do Parlamento, e secundariamente, aos dirigentes partidários que circulam no Parlamento.

O diagnóstico desta "doença" está feito há muito tempo. Mas a terapêutica adequada está longe de ser encontrada e aplicada. A crise do Parlamento português, prolongada no tempo e sucessivamente agravada, traduz o aspecto mais relevante da crise geral da política, que se manifesta designadamente em três fenómenos: subida regular da abstenção nos actos eleitorais; afastamento das camadas mais jovens da população do exercício activo da política partidária; degradação qualitativa da actividade política.

O caso relevante do voto dos Deputados do PS eleitos pelo Circulo Eleitoral de Coimbra na questão da co-incineração na cimenteira de Souselas (Coimbra) de resíduos industriais perigosos foi tratado, entre outros, pelo ângulo do valor do mandato do Deputado, no quadro mais largo do questionamento do modelo de funcionamento do Parlamento português. O caso torna mais oportuno ainda uma reflexão sobre a crise e a terapêutica necessária.

A ciência política tem analisado detalhadamente o problema. No seu livro *'O Lugar da Assembleia da República no Sistema Político'* (Editorial Caminho, 1994), e que constitui a sua dissertação de Mestrado em Ciência Política apresentada no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, Luís Sá trata abundantemente aquelas questões do ponto de vista da ciência política. O lugar desse trabalho de Luís Sá é insubstituível. Mas, há também uma *praxis*, que resulta do exercício da função político-parlamentar e da necessidade de agir contra a crise que a afecta, na base de uma reflexão e experiência concretas. É um testemunho desse tipo que registo nestas notas, com o objectivo de as tornar disponíveis à ciência política tal como Luís Sá a estudou e desenvolveu.

2. Sinais

O diagnóstico da situação exige alguns sublinhados, que tornem mais clara a perspectiva em que se baseiam as presentes notas.

Comunicação social. O tratamento que a comunicação social faz da política e em particular do Parlamento e dos Deputados determina a imagem destes. Não se trata de afirmar que a "culpa" da imagem do Parlamento e dos Deputados é da comunicação social e dos jornalistas. Trata-se de constatar o facto óbvio que a imagem é hoje dada através dos órgãos de comunicação social. Não existe assim uma neutralidade objectiva da notícia, na medida em que ela não se limita a fornecer informações, mas contribui para construir a imagem que dá sentido à notícia. A Assembleia da República raramente é notícia pelo que faz. As notícias sobre a Assembleia centram-se fundamentalmente em três grandes áreas. A primeira é a área da "antecipação" dos acontecimentos, isto é, do comentário sobre o que se poderá ou irá passar. A segunda é a área dos incidentes, isto é, a descrição e o comentário de situações de conflito, erros cometidos, frases insólitas (incluindo "graças"), lapsos, ausências, e tudo o que possa chamar a atenção mais pela sua inapropriedade de que pelo seu conteúdo. A terceira é a área das falhas, do que não é feito, das faltas ao Plenário e Comissões, dos atrasos processuais.

Esta situação de permanente massacre da imagem do Parlamento não nasce de qualquer espécie de cruzada antiparlamentar dos órgãos de comunicação social nem é o fruto mecânico do antiparlamentarismo dominante. Explicações desse tipo são insuficientes, fogem ao essencial, traduzem clara incapacidade de

análise crítica das responsabilidades do Parlamento e têm como consequência a ausência de medidas efectivas de reforma. A comunicação social não é responsável pela "construção" da imagem do Parlamento, sem prejuízo das críticas justas que podem ser feitas a muitas peças jornalísticas sobre a Assembleia da República.

As tentativas feitas para mudar a imagem do Parlamento através do condicionamento do trabalho dos jornalistas tiveram sempre a clara oposição destes e revelaram-se um verdadeiro tiro no pé. Foi o que sucedeu com um célebre regulamento e com a adopção por certo líder parlamentar da ideia de realização de "briefings" regulares, para fornecer aos jornalistas linhas de orientação na apreciação dos trabalhos do Parlamento.

Não sofre contestação que a questão do relacionamento entre o Parlamento português e a comunicação social pode e deve ser também visto à luz do debate em torno das relações entre a imprensa e a política na era da comunicação global. Mas também esse debate não pode servir de pretexto ao Parlamento para continuar a ignorar as questões essenciais.

Recrutamento. Um dos sinais mais evidentes da crise da instituição parlamentar como reflexo da crise geral da política pode ser encontrado nos indicadores relativos às opiniões da juventude sobre as profissões. Não só a profissão de político aparece como desqualificada e não apetecível, como a política em si mesma tem uma baixíssima atractividade. As camadas mais recentes da juventude manifestam, em geral, um marcado desinteresse pela política e nenhuma consideração pelos que exercem a função política. A crise da política começa agora a manifestar-se como uma crise no recrutamento e no rejuvenescimento dos políticos. Os números de militância nas juventudes partidárias não mostram a necessária inversão de tendência.

A mesma dificuldade de recrutamento também se observa quanto a especialistas e profissionais de qualidade, quer em meios universitários, quer em actividades especializadas, quer nos meios e grupos de representação de interesses da sociedade civil. Comparando a evolução da composição do Parlamento entre 1976 e 1999, é notória a actual maior representação de quadros de carreira política e a menor presença de altas figuras dos mundos da cultura, ciência, economia ou profissões liberais. Há uma crescente "profissionalização" do Parlamento, diminuindo a presença de Deputados recrutados fora de anteriores actividades políticas.

Governamentalização. Perante a imagem crescentemente forte do Governo/decisor, a imagem da Assembleia da República surge como a de uma instituição subordinada, fraca e reactiva. Isto sucede mesmo quando em determinada conjuntura o Governo possa aparecer como um Governo fraco e pouco capaz de tomar decisões. Mesmo nessa situação, não é a Assembleia da República que emerge, acontecendo mesmo que quanto mais fraco aparece o Governo mais fraca e sem iniciativa aparece a Assembleia. Isso deve-se ao estilo reactivo que foi caracterizando o seu trabalho.

É certo que a governamentalização do Parlamento cresceu com mais intensidade no período dos governos de maioria absoluta do Professor Cavaco Silva. Mas, a substituição dessa maioria absoluta por uma maioria relativa de 112 em 230 Deputados não modificou a linha de tendência, limitou-se a fazer diminuir o seu ritmo de crescimento.

A governamentalização marca a produção parlamentar (o produto operacional da Assembleia da República é dominado pela iniciativa do Governo, já que são mais as leis providas da iniciativa do Governo do que as providas exclusivamente de Deputados). Mas a governamentalização marca também a projecção pública da Assembleia (que é tanto maior quanto mais relevantes forem os membros do Governo presentes). Marca finalmente a própria organização dos trabalhos parlamentares, que tende, em caso de debates onde intervêm o Governo, a favorecer o modo de intervenção deste.

3. Os casos

O movimento de enfraquecimento e degradação da imagem do Parlamento português não é um movimento contínuo, processando-se por "picos", correspondentes a situações mais graves, ou com maior impacto na opinião pública. Brevemente, analisaram-se cinco situações que se podem qualificar como situações paradigmáticas.

Vencimentos e pensões. O conjunto de leis que fixaram o sistema remuneratório dos titulares de cargos políticos e criaram o direito a pensões a partir de um certo número de anos de exercício do mandato foi discutido e aprovado na III Legislatura, durante o Governo chamado de Bloco Central (PS/PSD). Foi a mais polémica legislatura, como resultado de uma difícil situação económica e financeira (inflação alta, cortes orçamentais, tectos salariais, acordo com o FMI), de dificuldades internas dos dois parceiros da coligação governamental (tanto dentro do PS como no PSD a oposição à coligação foi sempre forte), de um fortíssimo movimento social de contestação, da acção do Presidente da República Ramalho Eanes procurando ocupar o espaço de descontentamento com uma formação política própria, e ainda de iniciativas políticas sobre temas particularmente controversos (por exemplo, rendas, segurança interna, etc.). É nesta última rubrica que se insere a escolha desse momento para uma significativa subida dos vencimentos dos políticos e para a criação das pensões referidas. Num quadro socialmente crispado e actuante, a aprovação dessas propostas consolidou (até hoje) a ideia de que os Deputados aprovaram para si mesmos altos salários e reformas, enquanto sobre o País pesavam graves dificuldades. Como a decisão foi da Assembleia, esta mesma imagem não atingiu os outros titulares de cargos políticos, embora eles beneficiassem de iguais aumentos.

As "viagens". O caso das "viagens-fantasma" não está ainda encerrado, pelo que se omitem aqui descrições pormenorizadas (embora se deva sublinhar que nessa

designação genérica cabem situações totalmente diferentes, desde situações de clara e dolosa fraude até meros erros de interpretação jurídica em situações onde não há sequer negligência). Mas perante as situações de fraude (tanto perante as mais graves como perante as menos graves), a Assembleia da República (na vontade maioritária manifestada, embora se devam salientar que as posições dos Grupos Parlamentares foram diferentes), embora tenha feito alterações ao sistema de processamento de viagens (em 1989 e 1999) visando fazer cessar as deficiências que permitiram os casos referidos, não adoptou, como devia, nenhuma posição concreta e firme de condenação ética daqueles comportamentos. O desprestígio que estes acontecimentos e a falta da sua condenação clara causaram à Assembleia da República é enorme, a tal ponto que uma campanha publicitária chegou a utilizar uma frase com a ideia de que "nem os Deputados conseguiram viajar tão barato" para sublinhar o preço irrisório do produto que era promovido.

Presenças no Plenário. Apesar da presença ou ausência dos Deputados nas sessões plenárias não ser, por si, sinal do trabalho efectivo do Parlamento, ganhou o estatuto de referência, contra o qual têm sido inúteis quaisquer explicações sobre o modelo de funcionamento dos parlamentos.

Os debates do PIDDAC. O Plano de Investimentos da Administração Central do Estado é votado programa a programa pela Assembleia da República. Ao longo de centenas de páginas, o PIDDAC contém listagem de escolas, centros de saúde, quartéis de bombeiros, esquadras de polícia, estradas de todo o tipo, pontes, hospitais, edifícios para actividades culturais, pavilhões gimnodesportivos, e tudo o mais em que se desdobra a responsabilidade da Administração Central. A votação do PIDDAC torna-se um terreno propício à apresentação de centenas e centenas de propostas relativas a situações concretas de carência em todo o País. As propostas são apresentadas de acordo com os compromissos e interesses locais dos partidos e dos Deputados, numa óptica local e, em geral, sem consideração pelos encargos globais que representaria a respectiva aprovação, não só nesse ano como muito particularmente em anos futuros. Um exemplo corrente é a apresentação de uma verba escassa (por exemplo, da ordem das poucas dezenas de milhar de contos) como verba destinada a "estudos" de uma obra que, se fosse feita, poderia atingir o valor de vários milhões de contos. O que decorre para a Assembleia da República deste comportamento é uma imagem simultaneamente paroquial e irresponsável.

A eleição do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações. É um caso paradigmático de autobloqueamento da Assembleia da República. Durante cerca de cinco anos, os Serviços de Informações estiveram sem o sistema de fiscalização previsto na lei (salvo um período de três meses), por responsabilidade directa dos dois partidos (PS e PSD), cujos votos na Assembleia são necessários e suficientes para a maioria exigida de dois terços, para eleição dos três membros do Conselho de Fiscalização. A inexistência deste Conselho significou que o controlo e fiscalização daqueles Serviços não foi realizada, apesar das repetidas afirmações de que, em democracia, essa é uma situação inaceitável. Inevitavelmente, esta situação

foi publicamente qualificada como sinal de ineficácia e irresponsabilidade do Parlamento.

A demissão do I Governo do Prof. Cavaco Silva. O I Governo do Prof. Cavaco Silva foi o governo com menor apoio parlamentar (excluídos os governos de iniciativa presidencial). Iniciando a sua actividade no termo de uma grave crise social e económica e após um período de alta conflitualidade política (inserida na promiscuidade partidária que dava base ao governo anterior; o Governo do Bloco Central), o I Governo de Cavaco Silva escolheu como posicionamento a afirmação de expressa vontade de mudança posta em confronto com um Parlamento que o impedia de concretizar essa vontade. Esta situação veio a terminar com a estranha apresentação pelo PRD de uma moção de censura, seguida da sua acritica e imponderada votação pelos outros partidos da oposição. Cavaco Silva, após a queda do Governo e a dificilmente evitável dissolução do Parlamento decidida pelo Presidente da República Mário Soares, fez uma campanha centrada na ideia da necessidade de derrotar o Parlamento bloqueador. O Parlamento ainda hoje paga a factura dessa operação política, pelo desacerto do derrube do Governo sem garantia de alternativa e pela campanha antiparlamentar que isso permitiu ao Prof. Cavaco Silva, estilo que ele mais tarde veio a ensaiar com outras instituições a que chamou "forças de bloqueio".

Petições. Um aspecto particularmente negativo do Parlamento na sua relação com os cidadãos, foi o da desvalorização das petições, que se arrastavam anos a fio sem nenhuma apreciação, e que, quando esta era realizada, se traduzia num mero debate, sem qualquer conclusão ou adopção de qualquer medida. Esta situação foi fortemente criticada, dando lugar à ideia de um Parlamento desinteressado, pouco trabalhador e desleixado.

'Eleição' do Primeiro Ministro. Apesar das sucessivas juras dos maiores partidos (PS e PSD) de valorização do papel do Deputado, a realidade é que as campanhas eleitorais para a Assembleia da República são feitas com uma notória desvalorização do papel do Parlamento e do valor e características dos Deputados, para se centrarem quase exclusivamente na figura do "candidato a Primeiro-Ministro", criando assim não só uma bipolarização artificial (induzindo a ideia que só um dos dois pode ser Primeiro Ministro, quando face a resultados eleitorais concretos, poderá ser eventualmente necessário o recurso a outras soluções), como uma drástica perversão do debate eleitoral, relegando a Assembleia da República para um papel subordinado.

Co-incineração. Este caso é o mais recente daquele tipo de situações em que os Deputados assumem posições não como representantes da Nação e no quadro da perspectiva do seu partido do interesse nacional, mas em função de pressões de natureza local e na lógica pura de que a prossecução de posições correspondentes a essas pressões, provindas do respectivo círculo eleitoral, é sempre legítima, mesmo que não pareça líquido (ou até contrarie) a prossecução de interesses

nacionais. A imagem que se cria é a do Deputado que invoca liberdade de voto para afinal seguir, sem o exercício livre de crítica uma mera posição de lobby. O caso da co-incineração (estando absolutamente fora de questão a honestidade e coerência pessoais dos Deputados que se guiaram pela pressão local) vem evidenciar uma debilidade estrutural do Parlamento (visível também, como se viu acima, nas votações do PIDDAC). O Parlamento de fratricídios locais cai inexoravelmente em descrédito, por não poder garantir a defesa das melhores soluções e tão só a defesa das soluções que são convenientes para grupos com mais influência. Por outro lado, queiram ou não os seus defensores, o caso questiona de forma exemplar o valor e consequências dos círculos uninominais.

4. Saídas em falso

Ao longo dos últimos anos, as saídas que no quadro do Parlamento foram gizadas para recuperação da sua imagem situaram-se na maioria das vezes na questão do mandato e das condições do seu exercício.

Os movimentos desenvolvidos visaram dois objectivos contraditórios. Por um lado, nalgumas iniciativas (em particular no "pacote sobre a transparência"), aprovado em finais da VI Legislatura, última Legislatura de maioria absoluta do PSD (já com a liderança do Dr. Fernando Nogueira), foram desenvolvidas regras apertadas de "moralização", centradas particularmente no agravamento do regime de incompatibilidades, na divulgação pública da lista completa de rendimentos e patrimónios dos políticos e restrição das condições de acesso ao regime de pensões.

Em sentido contrário, têm sido propostas (mas ainda não adoptadas) medidas que dizem procurar uma re-elitização do mandato de Deputado, designadamente pela alteração do sistema eleitoral introduzindo círculos uninominais (no pressuposto de que os Deputados eleitos dessa forma teriam maior força individual e maior visibilidade), pela diminuição do número de Deputados (talvez porque o que é mais raro é mais apetecido...) e pela valorização das condições materiais do exercício de funções políticas (subida de remuneração, etc.).

Os partidários da primeira tese concebem que o melhoramento da vida e da imagem do Parlamento resultariam de maior "ascetismo" dos seus actores; os partidários da segunda tese entendem que esse melhoramento só poderá resultar da criação de condições para que as elites possam concorrer ao Parlamento, em condições de valorização do mandato, não só no aspecto material, como também por uma maior dimensão da componente individual do mandato em prejuízo da componente partidária.

Nenhuma das teses conduz ao que anuncia. A tese "ascética" está provada na prática. Desde 1995, data da aprovação do pacote da transparência, a qualidade do Parlamento diminuiu, sem nenhuma vantagem na dedicação "exclusiva"², que o

conjunto de diplomas dizia visar. As interpretações feitas dos diplomas acabaram por alargar a sua apertada malha, mas isso não significou qualquer alteração qualitativa da legislação, que permanece excessiva, redutora e marcada por uma visão funcionalista do mandato do Deputado, em prejuízo de uma visão de mandato representativo de interesses de camadas definidas de eleitores.

As soluções elitistas (não ensaiadas) cairão inexoravelmente no extremo oposto, numa visão do mandato como derivado da gestão de interesses particulares e de grupo. A situação será agravada pela ligação dominante ao círculo eleitoral. Na tradição política portuguesa isso conduzirá à leitura localista do mandato, que viajará assim entre a elucubração elitista e o "caciquismo", numa clara perversão da função dos partidos na formação de uma vontade maioritária coerente, base da estabilidade do funcionamento do sistema político. Acresce que a ideia de simultaneamente elevar o nível remuneratório traduzir-se-ia seguramente numa intensificação da campanha comparativa, já que a diferença dos salários médios dos políticos portugueses em relação aos políticos dos outros países europeus é muito menor do que a diferença entre os salários mínimos desses mesmos países, ou entre os salários médios das respectivas populações trabalhadoras.

5. Sete propostas de trabalho

As direcções de trabalho que permitirão dar uma nova imagem e eficácia democrática ao Parlamento são no essencial as seguinte sete.

Comportamento ético. O Parlamento tem de adoptar elevados padrões éticos, de acordo com as exigências das funções que exerce, não só no que concerne ao respeito de regras legais, como quanto à clara separação dos interesses particulares que conflituem com interesses gerais. Para os Deputados estarem acima de qualquer suspeita, não basta entretanto que adoptem esses padrões éticos elevados (e que lhe dêem expressão jurídica, quando for caso disso). É também necessário que os Deputados, e a Assembleia da República no seu conjunto, não tenham qualquer ambiguidade na condenação de comportamentos violadores das regras. Essa condenação em situações limite pode mesmo ter de significar o afastamento do exercício de funções políticas.

Nível técnico. A elevação do nível técnico do Parlamento está fundamentalmente ligado à qualidade do apoio técnico. Esse apoio é actualmente incipiente. Não há suficiente ligação aos diferentes gabinetes de estudo e centros de informação (incluindo estatística) da Administração Central. A relação com as universidades é ténue e rara. O sistema próprio da Assembleia de apoio técnico tem muitas insuficiências, orgânicas e de quadros. A subida do nível técnico é uma exigência para eficácia e eficiência do Parlamento, num patamar mais elevado de competências.

Dedicação voluntária. A imagem do Deputado faltoso reclama medidas drásticas de resposta, que poderão ter de passar num período transitório, por assegurar um mais permanente e elevado nível de participação nos trabalhos do Plenário. Mas, não é o rigorismo do regime de incompatibilidades que pode resolver este problema. A solução passa pelo compromisso dos candidatos quanto ao seu empenhamento parlamentar, por uma mais eficaz direcção das bancadas, pela valorização do papel da Mesa da Assembleia como garante do adequado funcionamento do Parlamento, e por estímulos (incluindo materiais, embora não necessariamente financeiros) adequados a uma maior permanência dos Deputados.

Proximidade dos eleitores. A aproximação aos eleitores não é o modelo do Deputado "irresponsável" a apresentar propostas no PIDDAC, nem é o modelo do Deputado caciqueiro que vota soluções só na lógica local mesmo quando ela conflitua com os interesses nacionais. A proximidade exige trabalho de contacto directo, e exige os meios adequados de apoio. É uma das frentes que mais pode contribuir para tirar o Deputado do banco dos réus e colocá-lo no lugar (devido) de representante conhecedor dos problemas e voz activa na busca de soluções.³

Parlamento aberto. A ligação ao eleitorado passa também por uma actividade significativa no tratamento das petições, e pela rápida adopção legislativa do mecanismo de iniciativa popular. Por outro lado, a realização de debates, colóquios, seminários e outras actividades que permitam trazer ao Parlamento especialistas e cidadãos interessados em temas determinados será também uma importante contribuição para este objectivo.

Peso do Parlamento. Na relação com o Governo, o Parlamento deve adquirir mais peso. Sem atingir as características fundamentais do sistema político, esse maior peso do Parlamento pode aparecer nas obrigações do Governo de prestar informação, nos poderes das Comissões de Inquérito, no desenvolvimento do sistema de perguntas ao Governo por forma a acentuar o papel activo do Parlamento interrogante e o papel do Governo como respondente, na fundamentação das iniciativas do Governo, no melhoramento do sistema de controlo da acção do Governo na União Europeia, no reforço dos mecanismos de fiscalização.

Debate parlamentar. O debate político assume um papel crucial na vida parlamentar. Não é possível decretar que os debates tenham nível. Mas é possível redefinir as suas regras visando esse objectivo. Podem ser revistos os tempos de intervenção (que são muitas vezes excessivos), podem ser reforçados os poderes da Mesa na organização e desenvolvimento do debate, evitando, por exemplo, derivações indevidas, podem ser criados mecanismos de preparação, abertura e fecho que tornem mais nítido o sentido do que se debate e as posições em confronto.

A questão essencial dos Programas partidários. Uma das causas mais graves do desprestígio do Parlamento é a confrontação entre as promessas feitas pelos Deputados nas campanhas eleitorais e a sua prática concreta. Problema irre-

solúvel? Ou só resolúvel em novas eleições com a punição dos políticos que faltam à palavra? Não sendo o mandato passível de ser retirado, as únicas formas com relevância jurídica para atenuar seria vincular os Deputados a uma qualquer forma de prestação pública de contas.

6. Nota final

No livro já citado (*O Lugar da Assembleia da República no Sistema Político*, Editorial Caminho, 1994), Luís Sá, tira como última conclusão a seguinte: *“No conjunto, a investigação permite afirmar que existem reais tendências e uma prática efectiva de desvalorização do Parlamento e da sua imagem pública, que só uma muito forte vontade política poderia contrariar, mesmo que de forma limitada”*.

Mostrando coerência entre a sua actividade científica e o exercício da função política, Luís Sá empenhou-se activamente na construção dessa “forte vontade política”.

Estas notas são uma homenagem ao cidadão Luís Sá, da forma que devem ser feitas as homenagens: continuando os combates em que o homenageado mostrou o seu mérito e ganhou prestígio.

Espero que estas notas possam ser úteis como material de trabalho aos que na Universidade Portuguesa estão a trilhar os mesmos caminhos de investigação que Luís Sá percorreu.

Lisboa, 20 de Junho de 2000

Notas

¹ Estas notas, sobre a crise do Parlamento português, rememoram e desenvolvem ideias e propostas surgidas em múltiplas análises e debates sobre o tema, que mantive com Luís Sá ao longo de vinte anos.

² Esta apreciação exclui o PCP. Desde sempre, o PCP impôs como regra de mandato a dedicação exclusiva e a regra da manutenção das condições materiais da profissão de origem (os Deputados devolvem ao Partido as importâncias em excesso sobre o seu salário de origem, aplicando a regra de que não são beneficiados nem prejudicados pelo exercício do mandato).

³ O PCP destaca os seus Deputados para fazerem a “representação” dos círculos onde não tem Deputados eleitos. É uma solução que mostra a importância dada a este relacionamento concreto, que se traduz em numerosas acções de visita e contacto.